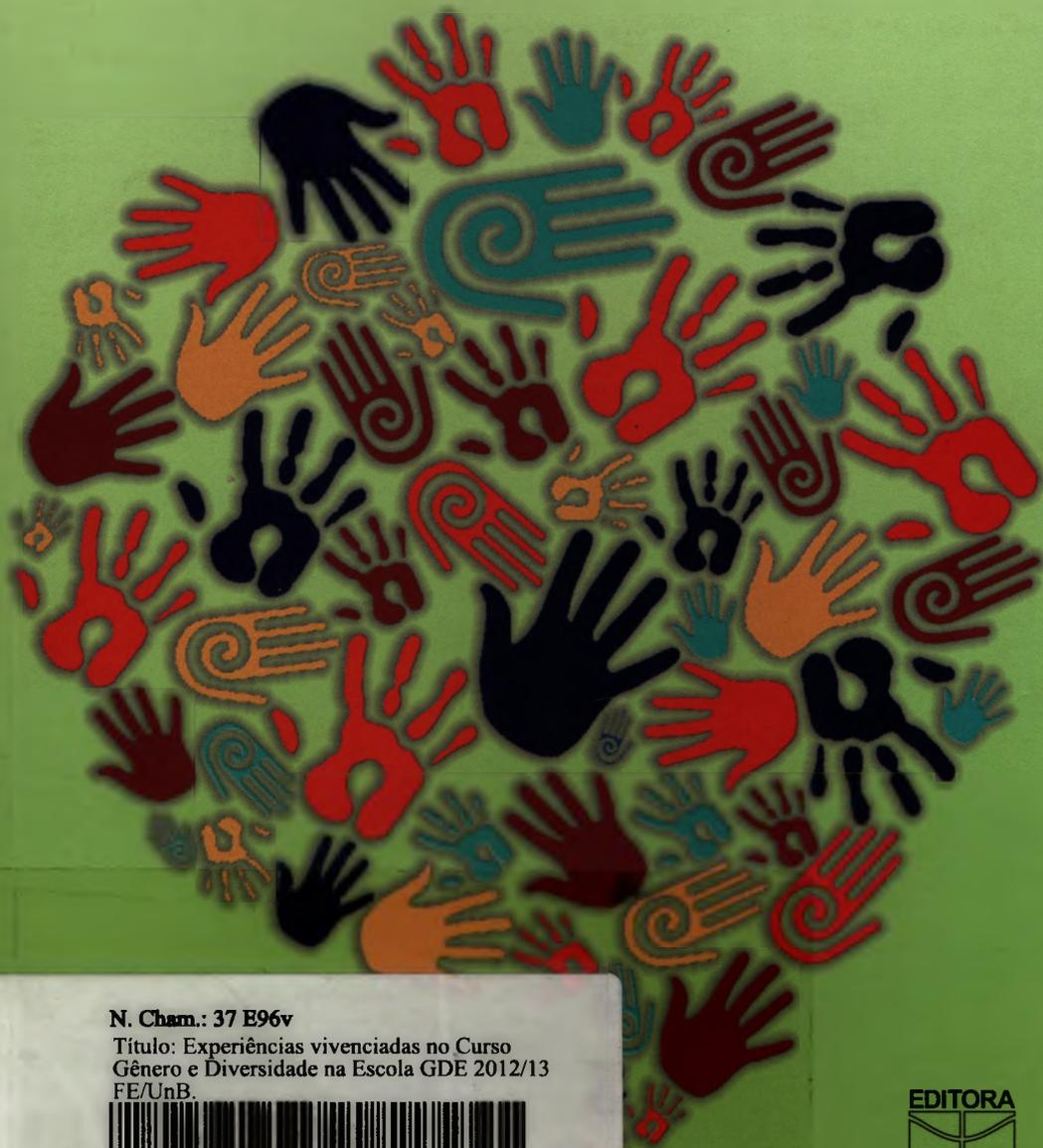


Experiências Vivenciadas no Curso Gênero e Diversidade na Escola GDE 2012/13 FE/UnB



N. Cham.: 37 E96v

Título: Experiências vivenciadas no Curso
Gênero e Diversidade na Escola GDE 2012/13
FE/UnB.



10415011

Ac. 1024803

Ex.3 BCE

EDITORA

UnB



**Profa. Dra. Iracilda Pimentel
Carvalho**

Doutora em História pela Universidade de Brasília, Professora adjunto da área de História da Educação, Gênero e Educação da Universidade de Brasília. Coordenadora do Curso Gênero e Diversidade na Escola (SECADI/MEC) Especialista em Educação continuada e a Distância pela Universidade de Brasília. Pesquisa e atua nas seguintes temáticas: Gênero, Educação, Sexualidade e Raça; História de Brasília; Mulheres Rurais; Educação continuada e à Distância. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero. - UNB - GEPHERG.

Experiências Vivenciadas no Curso
Gênero e Diversidade na Escola
GDE 2012/13 FE/UnB

EQUIPE EDITORIAL

Gerência de produção editorial
Projeto gráfico, diagramação
e revisão

Marcus Polo Rocha Duarte

Gráfica Coronário

Copyright © 2014 by
Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Fax (61) 3035-4230
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contato@editora.unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

15.4

Universidade de Brasília
D.: Ed. U
Ex.: 10415011
Data: 13/01/16

APF

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E96 Experiências vivenciadas no Curso Gênero e
Diversidade na Escola GDE 2012/13 FE/UnB/ Iracilda Pimentel Carvalho,
organizadora.
- Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.
143 p. : il. ; 30 cm.

ISBN 978.85.230.1118-5

1. Diversidade. 2. Gênero. Educação. I. Carvalho, Iracilda Pimentel, organiza-
dora.

CDU 37

Impresso no Brasil

Experiências Vivenciadas no Curso
Gênero e Diversidade na Escola
GDE 2012/13 FE/UnB



EDITORA

UnB

Profa. Dra. Iracilda Pimentel Carvalho
Organizadora

EQUIPE EDITORIAL

Gerência de produção editorial
Projeto gráfico, diagramação
e revisão

Marcus Polo Rocha Duarte
Gráfica Coronário

Copyright © 2014 by
Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2ª andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Fax (61) 3035-4230
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contato@editora.unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E96 Experiências vivenciadas no Curso Gênero e
 Diversidade na Escola GDE 2012/13 FE/UnB/ Iracilda Pimentel Carvalho,
 organizadora.
 - Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.
 143 p. : il. ; 30 cm.

ISBN 978.85.230.1118-5

1. Diversidade. 2. Gênero. Educação. I. Carvalho, Iracilda Pimentel, organiza-
dora.

CDU 37

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
<i>Iracilda Pimentel Carvalho</i>	
Histórias possíveis: identidades e relações de gênero na escola	21
<i>Edilene Oliveira Silva</i>	
Sugestões de atividades e critérios de avaliação para a temática de Relações Étnico-raciais no contexto do curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE	45
<i>Lucia Maria de Assunção Barbosa</i>	
Diversidade Sexual Políticas Públicas Educacionais para o Enfrentamento à Homofobia nas Escolas	61
<i>Prof. José Zuchinwshi</i>	
Gênero e Diversidade na Escola: as experiências, os imponderáveis e as aprendizagens com a tutoria	77
<i>Renata Nogueira da Silva</i>	
Percepções de Professores e Professoras da Rede Pública de Ensino do DF sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais: curso Gênero e Diversidade na Escola	93
<i>Ana José Marques</i>	
<i>Leila D'Arc</i>	
Reflexões sobre o Curso Gênero e Diversidade na escola no Distrito Federal	115
<i>Cláudia Denis Alves da Paz</i>	
Moodle no GDE: uma ferramenta indispensável	133
<i>Renato Aragão</i>	

Diversidade Sexual

Políticas Públicas Educacionais para o Enfrentamento à Homofobia nas Escolas

Prof. José Zuchiwschi¹

Um pouco de história

Os assim chamados novos movimentos sociais, ou movimentos de minorias, como os movimentos feminista, negro, indígena e homossexual, surgiram, na América Latina, após a retomada, em muitos países, da liberdade democrática após longos períodos de ditaduras militares e, também, como reflexos modernizantes em função das mudanças políticas, econômicas e culturais que já vinham tomando lugar na Europa e nos Estados Unidos na década de 1970.

¹ Professor Adjunto II do Departamento de Teoria e Fundamentos - TFF, Faculdade de Educação - FE, da Universidade de Brasília - UnB. É membro das áreas de pesquisas em Educação Ambiental e Ecologia Humana, Multiculturalismo e Saberes. Concluiu o doutorado em Antropologia Cultural pela Universidade de Brasília - UnB (1998). Especializou-se em Avaliação Educacional de Nível Superior e Institucional pela Faculdade de Educação da UnB (1998). Também é especialista em Gestão e Direitos Humanos pela SEDH/PR (2005). Foi Coordenador da Rede de Formação de Professores para a Diversidade no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD no Ministério da Educação – MEC. Foi Avaliador ad hoc dos cursos de Ciências Sociais e Educação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. É Membro Executivo da Comissão de Implantação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos na Universidade de Brasília - UnB. Ainda como Membro Executivo, o Prof. José Zuchiwschi coordenou o GT de Combate à Homofobia na UnB e, atualmente, é o coordenador da Coordenação da Diversidade Sexual da Diretoria da Diversidade, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários da UnB.

De acordo com a teoria das dinâmicas das minorias de Maihlot (RIBEIRO, 2004), esses novos movimentos sociais anômicos tinham a característica da afirmação autorreflexiva na busca da consolidação de identidades diferenciadas enquanto minorias políticas e sociais frente a uma maioria política hegemônica. O passo seguinte, nas décadas de 1980 e 1990, seria a releitura desses movimentos sociais como minorias ativas, ou nômicas (RIBEIRO, 2004). Nessa nova abordagem teórica, as minorias anômicas que constituíram grupos de indivíduos definidos por estarem fora e à margem do processo político decisório e reivindicatório abrem caminho para os movimentos de minorias nômicas, ou ativas, as quais possuem não só projetos políticos reivindicatórios bem definidos, mas também outro tipo de organização e de militância diferenciada, baseados não apenas no confronto entre forças, mas na negociação tácita e na procura do estabelecimento de políticas públicas efetivas e soluções aceitáveis para todos os indivíduos de cada grupo específico.

Aqueles que acompanham a trajetória dos movimentos negro, indígena, feminista e homossexual no Brasil, percebem que nas últimas décadas – notadamente após a participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001 – houve um fortalecimento da luta e visibilização pelos direitos humanos desses segmentos sociais (ZUCHIWSCHI, 2005), o qual forçou a abertura de diálogo entre o Estado e os movimentos civis organizados.

Movimento homossexual e o combate à homofobia

A exemplo do que diz Norberto Bobbio em seu “A era dos direitos” (1992), vivemos em uma era em busca dos direitos individuais, mas, a cada direito conquistado, outros tantos ainda estão por vir. Ainda que haja muitos direitos adquiridos, falta colocá-los em prática no nosso dia a dia.

Portanto, ainda que pesem algumas poucas conquistas obtidas em defesa dos direitos dos homossexuais brasileiros, em função

do fortalecimento e da organização política e reivindicatória do movimento homossexual no Brasil, como a garantia de alguns direitos civis individuais (pensão/INSS, planos de saúde, declaração conjunta de imposto de renda – IR, união estável e união civil em juízo), não são insuficientes para assegurar aos homossexuais brasileiros (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuados – LGBTTTT²) a plena cidadania igualitária e serviços públicos básicos, como a saúde e a segurança, os quais ainda expõem, de forma contundente e alarmante, o alto índice de violência física e moral a que são submetidos cotidianamente os homossexuais brasileiros.

Sabemos que no Brasil a homofobia – termo que designa o ódio, a aversão e a discriminação alimentados por preconceito de orientação afetivo-sexual – é prática rotineira em casa, na rua, no trabalho e, infelizmente, inclusive nos ambientes escolares em todos os níveis – fundamental, básico e superior.

Muito embora alguns pesquisadores já optem pelo termo homofobia nos ambientes escolares (DINIZ, 2011), outros ainda utilizam o termo bullying homofóbico. Para aqueles pesquisadores que preferem utilizar o termo homofobia (talvez um termo conceitual mais acadêmico e político), o termo bullying, do inglês bully, que significa valentão ou provocador, soa como um neologismo que diminui a força política do termo homofobia, pois parece ser mais “palatável” à sociedade conservadora, que coloca tudo em uma mesma categoria de “brincadeira” ou “jocosidade” e trata o “assunto” como casos isolados e individualizados de indisciplina ou problemas de relacionamento ou convivência, outros como “casos de polícia, que dizem respeito unicamente aos indivíduos envolvidos (agressor e agredido) e seus pais ou responsáveis.

Ainda que o termo bullying não possua uma tradução fiel para o português, e já tenha se tornado um termo corrente, espe-

² Para um maior entendimento do significado histórico das “letrinhas”, recomendo a leitura dos livros: “Sopa de lettrinhas”, de Regina Facchini (2005) e “Na trilha do arco-íris”, de Júlio Assis Simões (2009). Quanto aos direitos LGBTTTT, recomendo a leitura do livro: “Legislação e jurisprudência LGBTTTT”, do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS (2007).

cialmente na área educacional para designar o abuso verbal e físico sistemático sofrido por alunas e alunos (crianças, jovens e adultos) por parte de seus colegas, professores/as e funcionários/as nos ambientes escolares, por possuírem características diferentes daquelas socialmente aceitas ou tidas como padrão, este se refere a todo tipo de discriminação, seja por origem, raça, cor, etnia, deficiência física, religião e condição social, e não trata de forma direta os casos de violência homofóbica nas escolas, um problema social grave, com conseqüências traumáticas para aquelas ou aqueles que as sofrem cotidianamente. O termo homofobia, por ser genérico, já tem sofrido alterações em seus usos, de acordo com as orientações dos grupos homossexuais organizados; assim, surgem termos mais específicos como: lesbofobia (aversão a lésbicas), transfobia (aversão a travestis e transgêneros) e também bifobia (aversão a bissexuais).

Por isso, falar sobre homofobia nas escolas extrapola o âmbito meramente acadêmico, teórico ou conceitual e recai sobre ações concretas e pragmáticas da participação de grupos LGBTTTI organizados na construção de políticas públicas efetivas de permanente visibilidade e garantia de direitos constitucionais, especialmente na área educacional, não só por meio de ações legais e jurídicas, tais como a institucionalização de programas como Brasil Sem Homofobia (2004) e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2005), mas também com a adoção e implementação de cursos de formação continuada de professores a distância, como o curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), promovido pelo Ministério da Educação em convênio com várias universidades em todo o país, a exemplo da Universidade de Brasília – UnB, já em sua terceira edição.

Com a criação do Programa Brasileiro para o Combate à Violência e à Discriminação a GLTTB [sic] e a Promoção da Cidadania Homossexual, em 19 de novembro de 2003, fruto de uma resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH do Ministério da Justiça e do subsequente lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, em abril de 2004, foram apresentadas propostas para a implantação de

políticas públicas, concretas e efetivas, de inclusão e visibilidade homossexual na educação brasileira em todos os níveis.

Tais propostas, embora sejam um conjunto ideal de proposições futuras de políticas públicas efetivas de inclusão social e de direitos humanos de grupos historicamente organizados, como os negros, mulheres, indígenas e, especialmente, homossexuais, por serem inovadores, ainda causam calorosos debates políticos, ideológicos, religiosos e também acadêmicos.

A questão da implantação e manutenção de políticas públicas, concretas e efetivas, de inclusão e visibilidade da diversidade sexual na educação brasileira em todos os níveis torna-se cada vez mais necessária e urgente, especialmente se comparada aos avanços observados em relação a outros grupos sociais organizados. Ainda estamos muito longe de obter os mesmos espaços e grau de respeito conquistados pelos movimentos negro, indígena ou das mulheres, tanto no âmbito do Ministério da Educação, especialmente junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi (ZUCHIWSCHI, 2004), como nas secretarias de Direitos Humanos, Igualdade Racial ou das Mulheres, por exemplo.

Passada quase uma década desde a sua divulgação, o Programa Brasil Sem Homofobia representa, hoje, nada mais que um documento ultrapassado de proposições de uma série de ações destinadas à promoção do respeito à diversidade sexual e ao combate às várias formas de violação dos direitos humanos LGBTTTI. Originalmente, no programa estariam empenhados vários ministérios e secretarias do Governo Federal, como o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Educação, na implantação de ações e estabelecimento de políticas públicas inclusivas em relação aos homossexuais, garantindo assim a promoção de um contexto de aceitação e respeito à diversidade, de combate à homofobia e de mudança de comportamento da sociedade brasileira em relação às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuados.

Dentro da educação formal – que compreende, no sistema regular de ensino, escolas, faculdades e universidades públicas e particulares –, a inclusão do tema da homossexualidade pode ser percebida

distintamente. Enquanto no terceiro grau temos uma maior abertura para a discussão do tema (em termos curriculares ou de pesquisas), nos níveis abaixo, no ensino médio e fundamental, o silêncio é quase absoluto. Mesmo assim, em quase todos os níveis, a iniciativa da inclusão do tema da homossexualidade parece ser, ainda, uma questão de iniciativa própria e pouco incentivada do professor ou da escola isoladamente, haja vista o grande número de professoras e professores da rede pública de ensino que atendem aos cursos de formação continuada em gênero e diversidade sexual nas escolas.

Isso é o que podemos observar desde a primeira edição do curso GDE, da UnB, corroborando para o que já nos alertava, desde 2004, a pesquisa realizada pela Unesco (UNESCO, 2004), ano de lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, sobre o perfil dos professores brasileiros.

Em sua maioria, os professores reclamam da dificuldade em incluir o tema transversalmente ou ligar o tema da homossexualidade às questões cotidianas ou específicas de suas disciplinas. No entanto, a questão aqui é saber a que tipo de capacitação ou treinamento esses professores estarão sujeitos, fora do controle e da participação efetiva da própria comunidade homossexual organizada, tanto em nível local ou nacional. Esse aspecto da pesquisa mencionada também tem sido reforçada por outras tantas que se seguiram ao longo dos últimos anos, como as realizadas pela ONG Ecos – Comunicação em Sexualidade (ECOS, 2011). Graças a essas pesquisas de campo, sabe-se, hoje, muito bem, sobre as dificuldades encontradas em todas as escolas brasileiras, públicas ou privadas e em todos os níveis, com a falta de condições físico-financeiras que vão desde as limitações de tempo, a escassez de material didático específico, até o despreparo dos/as próprios/as professores/as, do corpo técnico e gestores/as educacionais que leva à insegurança em abordar o assunto homossexualidade ou diversidade afetivo-sexual em sala de aula, assim como outros tantos temas contemporâneos, tais como a violência e o abuso sexual (mulheres, jovens e crianças), saúde e direitos reprodutivos da mulher, o racismo, o uso de drogas e dependência química, entre outros.

No entanto, a própria estrutura jurídica, administrativa e organizacional do sistema e da rede de ensino público ou privado, além do conservadorismo de gestores, educadores e demais profissionais da educação em lidar com o tema da homossexualidade, sem contar com a própria opinião pública preconceituosa (RAMOS, 2001), manipulada por grupos de interesse político-ideológicos e/ou religiosos fundamentalistas, que erroneamente receia que informações precisas sobre a homossexualidade e a diversidade sexual possam incentivar suas práticas, transformam a tarefa de cada educador/a no sentido de diminuir o preconceito homofóbico e o respeito à diversidade afetivo-sexual diferenciada em algo ainda mais difícil.

A participação do Ministério da Educação ocorre não só no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia, mas também desde a primeira edição do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), em conjunto com outros ministérios, com a preocupação de garantir e promover a cidadania de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuados, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, respeitando-se a especificidade de cada um desses grupos, o que deveria pautar-se em, pelo menos, três eixos principais de ação: a pesquisa, a formação de profissionais e a implementação curricular do tema, especialmente a dos Direitos Humanos LGBTTTI; além, é claro, do acompanhamento e avaliação institucionais de programas, projetos e ações afirmativas educacionais LGBTTTI.

Inúmeras pesquisas desenvolvidas por diversos programas do Ministério da Educação, universidades, núcleos de pesquisas e ONGs na área da educação inclusiva e respeito às diversidades, de gênero, diversidade sexual, de raça e etnia giram em torno do fortalecimento, institucionalização de políticas educacionais por meio de mapeamentos e diagnósticos situacionais, elaboração de planos e materiais didático-pedagógicos específicos que, por isso, sofrem todo um processo de seleção que respeita normas, critérios e parâmetros próprios e específicos de cada programa. Mesmo assim, o tema da homossexualidade e educação, ou Direitos Humanos LGBTTTI, ainda caminha timidamente nesta direção, não possuindo o mesmo sta-

tus ou importância em comparação às outras áreas de interesse para a formação do profissional de educação. Recentemente, o Ministério da Educação destinou apenas uma pequena verba a poucos projetos propostos por universidades e outras organizações LGBTTTI em todo o país para a área de educação. A questão do incentivo financeiro, especialmente com relação à distribuição seletiva dos cada vez mais poucos recursos públicos destinados à educação e especialmente ao combate à homofobia, é um fenômeno observado desde a década de 1990 (TREVISAN, 2002).

No Brasil, o que vem ocorrendo com a receptividade (institucionalização) de políticas educacionais inclusivas de temas relativos às questões étnico-raciais (indígena ou afro-brasileira), amparadas legalmente por meio da edição das Leis 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, que obrigam o ensino da história e cultura negras (afro-brasileira) e indígenas nas escolas públicas de ensino fundamental, ou, ainda que pese estar presente como um dos eixos transversais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998), é que o tema da “orientação sexual” melhor seria se fosse chamado de “educação sexual” nas escolas, onde se percebe que a questão de gênero, da sexualidade e o respeito à diversidade afetivo-sexual ainda está longe de conseguir o mesmo status legal e formalização (normatização) institucional na área educacional.

Ainda que se tenham eixos de pesquisa para o fortalecimento de políticas educacionais LGBTTTI em todos os níveis educacionais, é preciso manter-se atentos aos quadros-diagnósticos alarmantes sobre a homofobia e as violências de gênero, raça e etnia na educação brasileira. Pesquisas acadêmicas mais recentes dão conta das condições reais e cotidianas de discriminação e violências físicas e verbais sofridas por alunos e professores homossexuais nas escolas e universidades em todo o país (GROSSI, 2005). Por isso, é importante que professores/as, gestores/as educacionais estejam atentos/as e preparados/as para o acolhimento de denúncias e o acompanhamento dos casos de homofobia, racismo e misoginia nas escolas. Para tanto, é preciso congregiar o maior número de dados objetivos e informações sistematizadas que a pesquisa científi-

ca pode oferecer. Somente assim, será possível estabelecer formas mais eficazes de ações pontuais para a formação profissional em educação, respeitando-se as características sociais, culturais e econômicas específicas de cada região do país.

Dessa forma, compartilho com a maioria dos especialistas brasileiros a ideia de que a melhor maneira para se atingir os objetivos quanto ao respeito às diversidades econômicas, sociais, culturais, religiosas e sexuais está, em grande medida, no processo de formação continuada de gestores, educadores e demais profissionais da educação, como o bem-sucedido curso GDE ofertado, em sua terceira edição, pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, atendendo professoras e professores da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Sabemos, por outro lado, que o trabalho de sensibilização no ambiente escolar deve ocorrer por diversos meios, desde a promoção de seminários, palestras, oficinas e encontros em parcerias com os setores acadêmicos e a sociedade civil organizada voltado para a discussão e apresentação de planos e ações voltadas à inclusão educacional, como ofertados, com muita frequência por vários ministérios, incluindo o Ministério da Educação, e outras secretarias especiais voltadas para o atendimento de grupos organizados específicos, tais como negros, indígenas e mulheres, mas que ainda carece promover de forma mais contundente a visibilidade homossexual, a violação dos direitos LGBTTTI e a questão da homofobia nas escolas brasileiras.

Dessa forma, ainda que ações do Ministério da Educação tenham tentado estimular o debate acadêmico e a formação continuada de professores/as em torno de conceitos para além de raça, etnia e preconceito de gênero, outros tantos ligados à discriminação por orientação sexual, à homofobia e às violências verbais e até mesmo físicas contra os homossexuais nas escolas, parece, mais do que nunca, trancadas nos armários escolares e relegadas a um silêncio conspirador. Para além disso, muito pouco, até então, tem sido feito para estimular um debate saudável entre educadores, pesquisadores acadêmicos, ONGs, ativistas e a sociedade em geral. Por isso é que se

deve ampliar o entendimento de políticas públicas, programas e ações afirmativas em seu sentido mais amplo, isto é, integrado e integrador, não só em termos jurídicos, mas sobretudo educacionais, culturais e de direitos humanos. O poder público em todos os níveis – federal, estadual e municipal – deve ampliar o diálogo com a sociedade civil organizada e, especialmente, com o movimento LGBTQTTI para que se alcancem políticas públicas e ações afirmativas nacionais de inclusão e visibilidade social, em particular com relação às antigas reivindicações contidas no Programa Brasil Sem Homofobia e ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos já existentes, sem concessões político-partidárias ou ideológicas.

Sabemos que a sensibilização ou capacitação de educadores, gestores e profissionais de educação para a questão da diversidade sexual e homofobia, no Brasil, está apenas no começo, mas só surtirá efeito se for parte de um processo continuado com base legal que o ampare como ação permanente em defesa do direito homossexual à educação plena e de qualidade.

Quanto ao acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e ações, cabe não somente aos órgãos e tecnólogos da administração pública em todas as suas instâncias, mas também, talvez especialmente, contar com a participação efetiva das organizações civis LGBTQTTI e seus representantes, além da colaboração de institutos e órgãos externos e independentes específicos para esse fim.

No entanto, ainda há de se reivindicar a institucionalização de programas e projetos, tais como o Projeto Escola Sem Homofobia, para combate à violência física e moral da população LGBTQTTI nas escolas, e acompanhar sua efetivação (execução, acompanhamento e avaliação). Esse sistema de acompanhamento deve ser incluído como novos campos e itens a serem avaliados, tais como a inserção de programas de ação social desenvolvidos pelas universidades federais ou por instituições particulares de ensino superior e também junto às secretarias estaduais e municipais de educação. Dentro desses itens a serem avaliados, deve-se incluir, também, a ação social de apoio aos grupos organizados (professores, pais e alunos/as homossexuais) ou à comunidade homossexual em geral

que trabalhe com a capacitação de professores, gestores e demais profissionais da área de educação.

O acompanhamento e a avaliação dos cursos em todos os níveis de educação devem ter a preocupação de inserção curricular, inter e transdisciplinar, de alguns itens relativos à questão da diferenciação afetivo-sexual, homofobia e a violência sexual nas escolas, além de mapear alunos/as e professores/as por meio da aplicação de questionários socioeconômicos com a intenção de obter dados objetivos quanto à condição de vulnerabilidade dos homossexuais na educação brasileira com características locais e a promoção de políticas de acolhimento e canais de denúncias de violação dos direitos humanos, homofobia ou quaisquer outros tipos de violência sexual.

Programas e projetos de combate à homofobia nas escolas: o Programa Brasil sem Homofobia e o Projeto Escola sem Homofobia – aonde foram parar?

O Programa Brasil sem Homofobia e o Projeto Escola sem Homofobia, ainda que um conjunto ideal de proposições futuras, assim como as políticas públicas de inclusão social e de direitos humanos de grupos historicamente organizados, como os negros e indígenas, devem ser amplamente debatidos com as entidades representativas, isto é, grupos civis organizados, tais como associações, institutos, fundações, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais, órgãos públicos e instituições de ensino públicas e privadas, isto é, a academia.

A questão da centralização dos movimentos (controle), da terceirização (“ONGzação”) e “financeirização” – que também envolve a educação e a produção acadêmica e intelectual – precisa ser discutida, redimensionada e (re)politizada, em seu sentido mais amplo e não apenas “ideologizada”.

Dentre as proposições do Programa Brasil Sem Homofobia encontra-se o estímulo à produção e publicação de conhecimento acadêmico e pesquisas relacionadas ao tema da homossexualidade, programa de educação sexual continuada com ênfase nas orientações

afetivo-sexual, inclusão de temas relativos à sexualidade, homofobia, violação dos direitos humanos.

No entanto, desde a década de 1980, a academia ainda está voltada para o estudo da identidade homossexual, tem efetivamente trabalhado muito pouco na crítica ao modelo sexista, heterocêntrico e heteronormativo que ainda impera nas relações de poder em todas as instâncias de nossa sociedade, desde as familiares até as estruturas mais profundas da organização do Estado brasileiro.

Diante de programas de sensibilização, muitas vezes repetitivos e desgastantes, promovidos por ONGs, o movimento homossexual, em conjunto com a academia, para além dos critérios da “educação sexual”, reprodução humana e saúde pública como pontos temáticos para a inclusão transversal da homossexualidade e dos direitos humanos LGBTQTTI nos currículos escolares e dos programas governamentais para o acompanhamento e avaliação de conteúdos programáticos, materiais didáticos e avaliações institucionais, deve responder ao conjunto da sociedade com uma crítica mais contundente com relação às responsabilidades políticas do Estado na valorização não discriminatória de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, no combate efetivo contra qualquer forma de violência física, verbal, moral e simbólica, do respeito à diversidade e proteção aos direitos humanos.

A partir desses pontos levantados, impõe-se a questão: é possível crer na adoção de políticas e estratégias “universais” ou “globalizantes” sobre os direitos homossexuais no Brasil?

Ao apagar das luzes do governo Lula, um caso emblemático ocorreu no final do ano passado, 23 de novembro de 2010, em Audiência Pública “Escola sem Homofobia”, na Câmara dos Deputados, em Brasília. O “evento” foi promovido pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Participaram membros da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, Nações Unidas sobre HIV/Aids – Un aids, Ministério da Saúde, Coordenação Política Nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL, Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT e representantes das ONGs vencedoras do edital

para o Projeto Escola Sem Homofobia (Secadi/MEC), no valor de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais): as ONGs Pathfinder do Brasil, Reprolatina e Ecos – Comunicação em Sexualidade.

Uma Audiência Pública refere-se à prestação de contas ao Congresso Nacional e à população em geral sobre o andamento e os gastos referentes a alguma ação governamental. No entanto, esse “evento” transformou-se em uma manifestação de apoio político e partidário, correndo-se o risco da utilização do mote do “combate à homofobia” do evento para o apoio às medidas de controle da mídia e censura à imprensa (projeto “congelado” nesta nova gestão).

Em função das demandas do programa governamental “Brasil sem Homofobia”, mencionado anteriormente, com relação à educação, a Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), do Ministério da Educação, lançou mais um edital para a elaboração de material didático (pesquisas, cadernos e vídeos) para o combate à homofobia nas escolas. A polêmica acabou envolvendo as bancadas conservadora, religiosa e evangélica no Congresso Nacional e um movimento contra a distribuição do “kit gay”.

O kit de material educativo proposto é bastante complexo porque proporciona ao professor muitas possibilidades para trabalhar com a temática da homofobia na escola. O material permite vários tipos de combinações, os audiovisuais vêm acompanhados com guias de orientação, com sugestões de práticas e de discussão.

O MEC deveria colocar esse material (seis mil cópias), que, a princípio, será impresso para as escolas, e a Ecos ter autorização para de fato, imediatamente, uma vez aprovado, disponibilizar esse material via web para todo o país; não só para todo o país, mas para fora do país também, para todas as pessoas que tiverem interesse. Então, o material está à disposição e logo mais estará em nosso site. A Ecos capacitou, em setembro de 2010, 200 profissionais ligadas à educação de todos os estados brasileiros com a utilização desses materiais. A maior polêmica está nos três vídeos produzidos “Encontrando Bianca” (5 minutos de duração), sobre a transexualidade; “Probabilidade” (7 minutos), sobre a bissexualidade, e “Torpedo” (4 minutos), sobre a lesbiandade (ECOS, 2011).

Após polêmica levantada pela bancada religiosa conservadora do Congresso Nacional brasileiro contrária à distribuição de material didático para o combate à homofobia nas escolas produzido pelo Ministério da Educação – MEC, a Presidência da República suspendeu o Programa Escola sem Homofobia por período indeterminado.

Espera-se que os projetos, aprovados em comissão, com a participação de representantes do movimento homossexual, possam, ainda, ser executados. Sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, ou o assim pejorativamente conhecido como “Kit Gay” (ECOS, 2012), passados mais de dois anos de sua apresentação, ainda hoje se encontra sob análise do Ministério da Educação e também do Tribunal de Contas da União – TCU, que quer saber sobre a paralisação do projeto e os recursos já empenhados (TCU, 2012).

“O Brasil Sem Homofobia é um bom exemplo. Em sua introdução, há a seguinte informação oficial: “O Plano Plurianual – PPA 2004/2007 definiu, no âmbito do programa Direitos Humanos – Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Porém, esta ação não existe no PPA, o que significa que o documento “Brasil Sem Homofobia” é apenas uma carta de intenções, e não um conjunto de políticas públicas para este segmento, pois, além de não existir no PPA já aprovado, o governo federal não apresentou nenhuma emenda na revisão para a efetivação deste programa. Será que querem reavivar a obra shakespeariana “Muito barulho por nada”? Será que este documento é apenas um produto de marketing?”

(PPA 2004/2007: Uma estratégia para superar desafios? Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, Nota Técnica n° 95, dezembro de 2004, Brasília/DF, p. 15)

Referências

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL SEM HOMOFOBIA: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DINIZ, Débora. “Plano Nacional de Educação e a Questão da Homofobia. In: Seminário Plano Nacional de Educação: “Mobilização Nacional por uma Educação sem Homofobia”, realizado na Câmara dos Deputados, no dia 23 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NgjpEurmKiU>. Acesso em: 03/09/2012.

ECOS – COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE. Escola Sem Homofobia. Disponível em <http://www.ecos.org.br/index2.asp>. Acesso em: 03/09/2012.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinha?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GROSSI, Miriam Pilar et al. (ed.) Movimentos sociais, educação e sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PLANO PLURI ANUAL – PPA 2004/2007: uma estratégia para superar desafios? Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, Nota Técnica nº 95, Brasília, dezembro de 2004.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. / Coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

RAMOS, Silvia. Disque Defesa Homossexual: narrativas da violência na primeira pessoa. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, número 56, ano 20, 2001.

RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro. A militância homossexual: um estudo a partir da teoria das minorias ativas. In: LOPES, Denilson. Imagem e Diversidade Sexual: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. Representação Kit Anti-Homofobia. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/Sv1HighLight;jsessionid=01669E30166C-FA12EC4CD80FF9B924F1?key=ACORDAO-LEGADO=109679-&texto686=6f6d666f626961f&sort=&ordem=&bases-ATO-PESSOAL;ACORDAO-LEGADO;DECISAO-LEGADO;RELACAO-LEGADO;PROCESSO-EXTERNO;NORMATIVOS;PORTAL-PUBLICO;ACORDAO-RELACAO-LEGADO;ATA-SAGAS;&highlight=686f6d6f666f626961>. Acesso em: 03/09/2012.

ZUCHIWSCHI, José. Educação e Direitos Humanos. Revista Interações, v. 7, nº 11, setembro de 2005.

_____. Tirando a homossexualidade do armário escolar. In: LOPES, Denilson. Imagem e Diversidade Sexual: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2.

Edlene Oliveira Silva

Doutora em História pela Universidade de Brasília e professora adjunta na área de Teoria e Metodologia do Ensino de História da Universidade de Brasília. Coordenadora do LABEH (Laboratório de Ensino de História da UnB).

Lucia Maria de Assunção Barbosa

Professora de Português para Estrangeiros, do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET). Sou líder do grupo de pesquisa (CnPq) "Língua, Cultura, Representação" e é nesses três eixos que incluo estudos relacionados à educação para as relações étnico-raciais. Fiz mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada, na UNESP (SP) e o doutorado em Estudos Portugueses, Brasileiros e da África Lusofônica, na Universidade Paris VIII (França). Oriento mestrando(as) e doutorando(as) em dois Programas de Pós-Graduação (UnB e UFSCar).

Prof. José Zuchiwschi

Professor Adjunto II do Departamento de Teoria e Fundamentos - TEF, Faculdade de Educação - FE, da Universidade de Brasília - UnB. É membro das áreas de pesquisas em Educação Ambiental e Ecologia Humana, Multiculturalismo e Saberes. Concluiu o doutorado em Antropologia Cultural pela Universidade de Brasília - UnB (1998).

Renata Nogueira da Silva

Mestra em Antropologia Social (UnB), Professora de Sociologia da Secretaria de Educação DF, tutora do GDE/Brasília.

Ana José Marques

Licenciada em História e mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília - UnB.

Lella D'Arc

Professora de séries iniciais com formação de curso normal, licenciada em educação Profissional e mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade Brasília - UnB.

Cláudia Denis Alves da Paz

Doutoranda em Educação - Faculdade de Educação/UNB; Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Renato Aragão

Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação. Atua na área de Gestão de T.I em ambientes acadêmicos. Lidera projetos de sistemas para a otimização do ambiente de ensino-aprendizagem. Estuda os impactos da aplicação das boas práticas de T.I no ambiente educacional.

ISBN 978-85-230-1118-5



9 788523 011185



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão

